

A LUTA POR DIREITOS REPRODUTIVOS POR MEIO DA ATUAÇÃO DO MOVIMENTO FEMINISTA NAS REDES SOCIAIS

DESIRÉE DE OLIVEIRA PIRES¹;
ALINE ACCORSI²

¹Universidade Federal de Pelotas (UFPEl) – desireeopires@gmail.com

²Universidade Federal de Pelotas (UFPEl) – alineaccorssi@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

A luta por direitos reprodutivos é histórica e perpassa os campos da moralidade, religiosidade, da política e da educação. Refletindo sobre isso, a proposta deste trabalho é apresentar uma tese de doutorado em andamento, a qual está inserida no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE), na linha de pesquisa Saberes Insurgentes e Pedagogias Transgressoras.

A pesquisa tem discutido como o movimento feminista vem se apropriando das redes sociais para a discussão de pautas que envolvem a questão dos direitos reprodutivos, principalmente a descriminalização do aborto. O boletim epidemiológico produzido pelo Ministério da Saúde em 2021, revelou a partir de dados notificados que entre 2010 e 2020, 774 mulheres morreram de complicações derivadas de procedimentos mal feitos, sendo 62% desses casos de mulheres negras e pardas.

Nesse sentido, os movimentos feministas continuam discutindo essa problemática enquanto uma questão de saúde pública e vem se apropriando de outros espaços, como as redes sociais para ampliar o debate. A partir de Gohn (2011, 2022) e hooks (2017, 2020) buscamos demonstrar que essa apropriação, gera a partir da participação das mulheres envolvidas nesses espaços a construção de saberes que não seriam construídos, possivelmente, em espaços de educação formal.

Dentro dessa atuação, algumas campanhas se tornaram conhecidas, como a *Nem Presa Nem Morta*, por exemplo. Essa campanha, foi fundamental na dissolução do caso da menina de onze anos, vítima de um estupro, que em 2022 foi coagida por uma juíza em Santa Catarina a não avançar na interrupção da gravidez. A menina e os responsáveis descobriram a gravidez com 22 semanas, quando foi encaminhada a um hospital em Florianópolis. Durante a audiência, a juíza e a promotora questionaram se a menina poderia permanecer mais uma ou duas semanas grávida para aumentar as chances de sobrevivência do feto. “Você suportaria ficar mais um pouquinho?”, perguntou a juíza durante a audiência gravada em vídeo.

Nesse “mais um pouquinho”, vemos refletido a fragilidade dos direitos reprodutivos para meninas e mulheres no país. O caso só se tornou público, pois houve uma intensa articulação do movimento feminista, principalmente, nas redes sociais para que a identidade da menina fosse preservada e que o procedimento fosse realizado, conforme previsto na constituição. Além disso, a força da campanha demonstrou como as redes sociais, apesar de serem espaços de profunda contradição, podem ser profícuos para uma discussão política.

2. METODOLOGIA

Nesse momento, pela pesquisa acontecer em um espaço online, pesquisando como as discussões em relação aos direitos reprodutivos tem acontecido, a proposta é trabalhar com princípios de uma etnografia digital. Tal metodologia se apresenta como nova, porém tem sido reconhecida nas ciências humanas, tendo em vista que cada vez menos separamos o mundo online do mundo offline, pois eles se sobrepõem um ao outro.

De acordo com Padilha (2019), os estudos etnográficos historicamente interessam-se pelas práticas socioculturais e pelos significados que essas práticas simbolizam para os seus praticantes. Nesse sentido, podemos compreender a etnografia clássica também como um certo tipo de descrição que busca compreender as práticas sociais em busca de explicar as lógicas que constituem a vida social do grupo ou contexto que está sendo estudado, sem perder de vista a maneira como as pessoas envolvidas na pesquisa concebem esses aspectos.

Seguindo essa lógica, os métodos etnográficos têm sido adaptados para a utilização de uma etnografia digital, que consiste, em geral, na realização de um estudo etnográfico dentro de espaços virtuais. Ela tem sido, nos últimos anos, mais comumente usada nas pesquisas que buscam compreender como acontecem as interações sociais dentro das redes sociais.

Quando usamos o termo *digital*, buscamos utilizá-lo com o mesmo sentido atribuído por Padilha (2019), como um conjunto de práticas sociais específicas que entrelaçam humanos e não-humanos em ações que atravessam o cotidiano social. Dessa maneira, conseguimos compreender o uso das mídias digitais como um fenômeno extensivo pela vida social. Tal metodologia possibilita realizar uma análise mais contundente acerca da atuação do movimento feminista nas redes sociais.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Pela pesquisa estar em sua fase inicial, ainda não há resultados concretos. No entanto, tem-se desenvolvido o campo teórico da pesquisa, a partir de uma perspectiva dos estudos feministas, principalmente de uma ótica decolonial.

Para Rita Segato (2016) o patriarcado significa um fenômeno de dominação-exploração e que está presente desde sempre na história da humanidade e que o avanço do capitalismo e as decorrentes transformações sociais, foram fundamentais para a adequação desse fenômeno às novas realidades, sendo uma pedagogia fundamental de expropriação e dominação. O patriarcado enquanto sistema, opera muitas vezes de maneira sutil, adaptando-se e transformando-se permanentemente.

Estando a lógica patriarcal em constante mudança e por conta disso, a “luta” é permanente, devido às suas transformações ao longo da história, as estratégias de enfrentamento necessitam de serem adaptadas. Assim, podemos perceber a estratégia dos movimentos feministas de ocupação dos espaços digitais como uma forma também de se fazer presente no espaço público, diante das barreiras que são impostas para a atuação das mulheres na esfera política. (Gago, 2018)

Quando as mulheres se deslocam dos espaços privados e adentram os espaços públicos para reivindicarem seu lugar na sociedade isso causa espanto e incômodo. As mulheres reunidas na campanha *Nem presa, nem morta*, por exemplo, demonstraram a possibilidade desse movimento: das redes para as ruas. O que poderia acabar com uma tão popularmente conhecida “discussão de internet” acaba criando uma materialidade, de forma a ocupar as ruas. As cores,

os cartazes, os lenços, as camisetas, as palavras de ordem - toda essa construção identitária do movimento e que se materializa na ocupação dessas mulheres nas ruas caracterizam um potencial político e que mescla tanto as tecnologias atuais quanto as estratégias utilizadas historicamente pelo movimento feminista.

Flávia Biroli (2018), sobre a atuação do movimento feminista na contemporaneidade, argumenta que os movimentos feministas têm atuado de “dentro para fora”, exercendo a pressão nas ruas, mas também, participando da construção de políticas e de novos marcos de referência para as democracias contemporâneas.

A ocupação das ruas pelo movimento feminista em forma de protesto, ainda representa uma grande afronta à sociedade patriarcal. Por isso, se faz tão importante sua organização e sistematização por outras vias até mesmo para que sua atuação política assuma novos sentidos e atinja também, cada vez mais mulheres acerca de uma conscientização, ou seja, de uma educação feminista.

Essa forma de organização e as estratégias utilizadas para reivindicação das pautas, demonstra o caráter educativo presente na atuação dessas mulheres dentro do movimento social. Maria da Glória Gohn (2011) define movimento social como sendo ações coletivas de ordem política, social e cultural que viabilizam maneiras da população se organizar e expressar suas demandas, havendo uma estreita relação entre movimentos sociais e educação. Lutar por direitos é também, promover educação.

Dessa forma, quando pensamos uma educação feminista, nos amparamos a partir de hooks (2017; 2020) e com isso, buscamos reivindicar a utopia de uma sociedade mais igualitária para mulheres e homens. A educação feminista, representa uma educação preocupada com todas/os e engajada na defesa dos direitos humanos, pois, quando as mulheres lutam em busca de reconhecimento social ele não é apenas para si, mas para todas as pessoas que historicamente foram e são excluídas da sociedade.

Buscamos a partir disso, problematizar que a libertação e a conscientização sobre os processos de opressão a que as mulheres estão submetidas e o enfrentamento ao conservadorismo, não acontecem de forma repentina e o trabalho é contínuo. Freire (2014) nos auxilia a refletir que a libertação autêntica deve ser percebida como um processo de humanização e não como algo que nos é depositado.

A práxis-ação e reflexão dos seres humanos é que implica a transformação social, pois “ninguém educa, ninguém, ninguém educa a si mesmo, os seres humanos se educam entre si mediatizados pelo mundo” (Freire, 2014, p.95, grifo nosso).

4. CONCLUSÕES

Tendo em vista que a luta por direitos reprodutivos é histórica, o que este projeto de tese têm demonstrado é que esta discussão tem sido realizada pelo movimento feminista. Diante das transformações sociais derivadas da lógica patriarcal, se tornou necessária a apropriação de outros espaços, inclusive, as redes sociais.

Mesmo que na contemporaneidade não haja uma distinção entre o mundo real e virtual, as redes sociais se configuram enquanto um campo em disputa. Majoritariamente ocupado pelo conservadorismo, sendo estes os que dominam o

sistema e a guerra algorítmica, ainda assim se faz importante a ocupação desses espaços a fim de trazer o tensionamento, a discussão e o posicionamento diante de um problema de saúde pública, o qual afeta a vida das mulheres.

Neste cenário, o movimento feminista tem se apropriado desses espaços, tendo a atuação das mulheres no movimento em torno da luta pelos direitos reprodutivos, contribuindo para a geração de saberes os quais não são construídos em espaços formais de educação, mas sim, a partir da vivência e experiência política.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Biroli, Flávia. **Gênero e desigualdades**: os limites da democracia no Brasil. 1ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

Brasil. Ministério da Saúde. **Mortalidade materna por aborto no Brasil, 2010 a 2021**: Boletim Epidemiológico. Volume 53. Nº47. Dezembro/2022.

Freire, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 58ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

Gohn, Maria da Glória. **Movimentos sociais na contemporaneidade**. Revista Brasileira de Educação, v.16, n. 47, maio-ago. 2011.

Gohn, Maria da Glória. **Ativismos no Brasil: movimentos sociais, coletivos e organizações sociais civis: como impactam e porque importam?** Petrópolis, RJ, 2022.

hooks, bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. 2ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2017.

hooks, bell. **O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras**. 1ed. Rio de Janeiro: Rosas dos Tempos, 2020.

Padilha, Felipe André. **Entre macacos velhos e queerpiras: uma etnografia por entre as interfaces dos aplicativos de busca por parceiros online no interior paulista**. Tese (Doutorado) Universidade Federal de São Carlos: São Carlos, 2019.

Segato, Rita Laura. **La guerra contra las mujeres**. Madri: Traficantes de Suenos, 2016.